ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MANAUS – CMR, REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

Ata da reunião sobre a Apresentação do Plano de Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas, pelo Conselheiro Armando Ennes do Valle Júnior, representante das Concessionárias.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte e nove minutos, foi realizada a Reunião do Conselho Municipal de Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados de Manaus – CMR, na Sede da AGEMAN, localizada na Rua Amazonas, nº 53, bairro Nossa Senhora das Graças. Conselheiros presentes: Armando Ennes do Valle Júnior, representante das Concessionárias; Michele Maia Assad, representante da OAB; Wilson Gonçalves Miranda, representante da SEMINF; Fabiana Pacífico Seabra, representante da CMM; Roberta Pinto dos Santos, representante da Casa Civil; Carlos Alberto Marques de Azevedo, representante da FIEAM; e Felipe Raphael Pinto Silva, Conselheiro Suplente representante da CUC. A sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho e da AGEMAN Elson Andrade Ferreira Júnior, iniciou com a primeira parte do expediente com a verificação do quórum, em seguida passou para o segundo assunto da Ordem do dia, com a Apresentação do Plano de Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas, pelo Conselheiro Armando Ennes do Valle Júnior, representante das Concessionárias. O Conselheiro Armando Ennes falou que a participação no plano estava ligado à indústria e que também é especialidade dele. Falou do faturamento do polo industrial de Manaus, dos indicadores econômicos do Estado do Amazonas, do produto interno bruto do Amazonas, do volume exportado, estoque do emprego formal, são estatísticas do Ministério da Economia, dentre outros. Falou do faturamento do Polo Industrial de Manaus - PIM, das empresas incentivadas, mostrou um quadro para que todos entendessem como era feita a distribuição do faturamento, como os bens de informática que foi de 31,97%; eletroeletrônicos 16,55%; duas rodas 14,63%, termoplástico, que está sendo consolidado de maneira rápida com 9,10%; metalúrgico 8,10%; (ar condicionado e outros), químico 8,64%; (remédios tem a Recofarma), refinaria e outros com 11%,

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

tem a fábrica da EMS em Manaus, fabricam remédios genéricos, é única no Brasil. O Produto Interno Bruto - PIB da indústria do Brasil foi de 1,6 trilhões e o faturamento do PIM foi de 120 bilhões no ano de 2020. Falou do ranking dos empregos formais do comércio dos Municípios do Amazonas. Falou do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH médio do estado, que não estava bom, os dez piores municípios com o IDH estavam no Amazonas. O Conselheiro Felipe pediu a palavra, fez um comentário sobre o estudo que foi feito sobre o IDH especificamente no Estado do Amazonas, foi encontrado uma peculiaridade no IDH na formação geológica, que era difícil comparar as condições geológica da cidade de Manaus com o Estado de São Paulo, que caberia um debate, disse que comparando as regiões, Manaus é bem parecida referente a geologia, mas que Manaus está bem superior. O Conselheiro Armando Ennes falou do IDH no interior do estado do Amazonas, que não é visto miséria como nas periferias do Rio de Janeiro e São Paulo. Falou da participação das atividades econômicas do PIB do Estado do Amazonas, como a agropecuária, indústria, serviços e impostos sobre a produção. O Conselheiro Felipe falou que as vezes as pessoas verificam a questão estrutural da cidade, que ainda tem muita gente passando fome. A Conselheira Fabiana falou que muitas pessoas não tem o acesso ao alimento, são várias peculiaridades a serem discutidas. O Conselheiro Armando Ennes falou que de 49% do PIB de serviços, 29% depende da indústria, que são apenas indicadores econômicos do Estado do Amazonas. Falou que tinha 22 temas para serem priorizados e organizados, o polo industrial, que ainda terá discussões, falou que apoia o projeto de Autazes, seria importante para a economia do Estado do Amazonas e para geração de empregos. O Presidente do Conselho Elson Ferreira falou que teria que pensar em complementar o polo industrial, agregar e não substituir, não tinha um modelo que pudesse substituir o Amazonas. O Conselheiro Armando Ennes falou dos recursos hídricos, da psicultura; quanto ao polo naval, disse que tem um em Manaus, mas ainda é pequeno; sobre o turismo, ainda é complicado; a agricultura familiar, que está entre as prioridades; serviços ecossistêmicos; agricultura empresarial, é preciso, mas no momento está difícil, teria que fortalecer a agricultura, nem tudo poderia ser plantado, como a soja e a cana de açúcar que é proibido. O Presidente do Conselho falou que a alternativa ainda é o polo industrial, que poderia deixar a agricultura empresarial para outro momento. A Conselheira Fabiana falou que houve um retrocesso no meio tempo quanto ao que foi citado. O Conselheiro Armando Ennes falou que tem o zoneamento ecológico-econômico, está tudo junto na mesma zona, se não tiver a regularização fundiária, não tem a agricultura familiar e nem a empresarial, que o maior problema do estado é a titularidade

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

das terras, que ainda será discutido. Quanto a ciência, tecnologia e inovação, que ainda está sendo organizado, será visto mais adiante. Falou das diretrizes para o desenvolvimento econômico sustentável do Amazonas, que foram 14 ao longo do prazo, com o Fortalecimento do Polo Industrial de Manaus e do Comércio, da Capital e do Interior; Manejo Florestal Mineração; Turismo; Bioeconomia; Gás Natural; Polo de Fertilizantes; Piscicultura; Polo Naval; Serviços Ecossistêmicos; Agricultura Familiar; Agricultura Empresarial; e Artesanato. Falou também da necessidade de ações estruturais, na Logística, de como levar e exportar produtos e o meio de transporte; no Zoneamento Ecológico Econômico, que não podia extrair e nem comercializar madeira, se extraída, que fosse de maneira correta e com recomposição; Regularização Ambiental, faz parte do zoneamento; Ciência, Tecnologia e Inovação; Assistência Técnica e Extensão Rural Agropecuária, Pesqueira e Florestal, os trabalhos tem a ver com a EMBRAPA, que precisaria ter o foco do estado para trazer tecnologias do estado vizinho; Capacitação Tecnológica, será muito importante para Manaus. Falou dos objetivos estratégicos da indústria, sobre os negócios com segurança jurídica e a reforma tributária, que tudo será resolvido. O Conselheiro Carlos Alberto falou que a reforma tributária o custo é alto, que iria aumentar muito mais. O Conselheiro Armando Ennes disse que na reforma tributária os empresários pensam que vão arrecadar menos e o governo acha que será arrecado mais, disse que na próxima semana iria estar em Brasília, no Ministério das Indústrias, para discutir sobre o assunto. Falou da intensificação das ações de implantação de novas indústrias no interior do Estado, que no interior o que está ligado a estrada, não será preciso ir até em apuí, que tem condições de fazer os serviços no interior, desde que tenha os incentivos fiscais; que as multinacionais que tem em Manaus dependem do empenho. Disse que a maior renúncia fiscal é o IPI, em outras regiões o IPI é baixo. Falou em Criar o Centro Agroindustrial e Biotecnológico do Amazonas (CAB/AM), a biotecnologia será um assunto que vai crescer nos próximos anos. Falou da elaboração de parceria com o Governo do Estado, Indústria, Comércio, Serviços e Setor Primário. Falou dos objetivos estratégicos do comércio, que o comércio sempre reclama dos impostos, tem que incentivar o comércio, que precisaria pensar em criar mecanismos. Falou da revisão da lista de mercadorias sujeita ao regime de Substituição Tributária, que era complicado mexer no momento. O Conselheiro Carlos Alberto falou que em Santa Catarina reduziu o imposto, achou que a substituição tributária seria ruim para o comércio, como seria pago o imposto, senão fosse feita a venda do produto. Que apesar de toda a tecnologia, ainda existe a sonegação, o governo diz que faz a cobrança e o empresário diz que faz o pagamento, a

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

preocupação em fiscalizar seria do polo industrial. O Conselheiro Armando Ennes falou que concordou com o plano estratégico de estabelecer a Margem de Valor Agregado (MVA), isto teria que ser operacional e não plano estratégico, deu exemplo que antigamente quando comprava um computador pagava o imposto e o comércio recolhia o imposto e o MVA faz a antecipação. Falou que o governo tem que acertar com o comércio e vice-versa, nos setores em desenvolvimento devem ter o MVA revisto. No Manejo Florestal, a cobertura no Brasil está em 460 milhões de hectares, o manejo florestal deveria entrar nas prioridades inteligentes do governo estadual e federal, no governo atual a tendência seria ficar mais difícil, que ainda terá discussões. O Conselheiro Carlos Alberto falou que perto da área de fronteira o contrabando ainda é intenso, seja de madeira, peixes, minério, entre outros, que tudo teria que ser feito de maneira correta, porque geraria recursos, o estado e a união têm que rever as situações que estão acontecendo. O Conselheiro Armando Ennes falou que no manejo florestal, a regularização fundiária de um modo geral, pega o Brasil e o estado do Amazonas de um jeito desproporcional, senão for resolvido, acaba com o polo industrial de Manaus e o comércio também, chamou atenção dos problemas que envolve um tema sensível para todos. Deixou uma pergunta para reflexão, onde está concentrada grande parte da riqueza da cultura do estado? O Presidente do Conselho Elson Ferreira corroborou com a afirmação do Conselheiro Armando Ennes, falou a respeito da preservação do polo industrial, que no estado do Pará a degradação foi grande, porque não tiveram outra alternativa. Falou que assistiu uma reportagem sobre pistas de voos e no Pará é onde tem mais pistas de voo clandestinas. Se acabar o polo industrial de Manaus, terão que buscar alternativas também. O Conselheiro Armando Ennes falou dos objetivos estratégicos nos próximos 10 anos, do Manejo Florestal por meio da Concessão Florestal em Florestas Públicas e Glebas Estaduais; Reposição Florestal, Recuperação de Áreas Degradadas e Restauração Florestal em áreas antropizadas do Estado; Criar um Distrito Florestal no Estado do Amazonas; Realizar Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que é a compensação de crédito de carbono, só poderá obter de áreas rematada ou replantada, disse que a floresta não gera crédito de carbono, falou que veio a teoria de criar os serviços ambientais, que a floresta tem que ser preservada por todos, que já teve o bolsa floresta na tentativa de zelar pela preservação da floresta. Falou também do Desembargo de áreas por meio de Programa de Regularização Ambiental (PRA); como o manejo de madeira, que basicamente parou no estado, se fosse regulamentada e certificada, a questão do manejo seria resolvido e teria um bom andamento. O Presidente do Conselho Elson Ferreira falou da questão do pagamento por

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

serviços ambientais, que em Manaus, São Paulo, Brasília onde tem o acesso à internet, saúde, energia e água de qualidade, por mais que existisse as dificuldades, tem hospitais bons para o atendimento, mas os ribeirinhos não tem a água tratada, seja no interior do amazonas, é bem mais difícil os recursos, não tem a energia, saúde e a água tratada com qualidade, para eles a situação é bem complicada, eles teriam o direito do pagamento pelos serviços ambientais. O Conselheiro Armando Ennes falou do evento que participou na década de 1990, convidaram jornalistas para Manaus, saiu em uma matéria em uma revista, foi falado muito bem da Zona Franca de Manaus, visto que, nas empresas não viam somente a montagem, mas também viram rolos em aço se transformarem em ar condicionado. A Conselheira Fabiana participou de um evento técnico com ouvidores no Tribunal do Trabalho pela Ouvidoria, sobre a Floresta, que participaram desembargadores de todo o Brasil, foram levados para o polo industrial, tiveram a satisfação de conhecer a realidade local, fizeram a visita, perguntas, puderam ver os casos para poder julgarem, tiveram o entendimento, que foi bem interessante e muito bom o intercâmbio. Disse que no Conselho de Ouvidores, quando participa de um evento também faz o tipo de defesa, fala das peculiaridades regionais, da distância, logística, da internet que não tem, faz todo o registro, de como é, do acesso, da dificuldade de chegar em um determinado lugar, pegar um barco regional, que é muito bom poder mostrar para as pessoas a realidade local de um determinado município. O Conselheiro Carlos Alberto falou da montagem de carros, tinha o projeto da Kia Motors, mas não tinha profissionais qualificados em Manaus, tecnologia, houve uma grande dificuldade, a empresa foi para o Paraná. Veio a Moto Honda, teve dificuldades também, mas atualmente tudo está sendo feito em Manaus, foi melhorando com o tempo. Dando continuidade, o Conselheiro Armando Ennes destacou os objetivos estratégicos da mineração, para adequação à legislação apropriada para as realidades locais observando a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. O Conselheiro Armando Ennes falou dos objetivos estratégicos da ciência, tecnologia e inovação. Falou que residiu em Santa Catarina por três anos, trabalhou em uma empresa que fabricava geladeira, e na época foi lançado um centro de tecnologia e inovação, achou que não iria dar certo, ao retornar neste ano, verificou que tem 300 empresas instaladas, tem também aéreo espacial, tudo isso em apenas seis anos, são isentas de ISS e correspondem a 12% do PIB do Estado de Santa Catarina. Disse que tem a empresa Tupi, teve um faturamento em torno de 18 bilhões de reais, são 18 mil empregados, a empresa compra sucatas e transforma em blocos para motos, para Mercedes, Audi e outros, que para visitar a fábrica teria que ser de jatinho, devido a empresa ser muito grande.

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

Disse que a empresa P & D ajudou no desenvolvimento do polo industrial atraindo empresas de serviços que começassem com negócios ou com aprimoramento na indústria, que Joinville é uma cidade industrial. Falou que visitou o SESI, tem um Centro de Inovação de laser, desenvolveram uma plataforma que não estabiliza a bactéria, com o corte a laser, poderia ser no esgoto, e a bactéria não se fixava na superfície. Disse que pretende fazer uma integração de Manaus com Joinville. Falou que tem 2 bilhões de verbas da P & D para Manaus, 800 milhões são apenas de uma empresa porque tem um centro próprio, demais valores seria para todos os centros de pesquisas, que também a tendência será trazer técnicos e projetos para Manaus. Falou da criação de espaços de inovação descentralizados no Estado voltado as vocações produtivas regionais no Amazonas. Deu exemplo de Joinville, que conseguiram o espaço, a Prefeitura doou o terreno e foi trabalhada a parte de infraestrutura. Falou da capacitação de jovens na área de tecnologia digital da informação e comunicação, de estimular e promover a integração do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação. Disse que na Fundação Paulo Feitosa tem uma escola técnica, com 120 alunos divido em quatro turmas, fazem a capacitação técnica em robótica e eletrônica, disse que os jovens são futuros do mundo. O Presidente do Conselho Elson Ferreira disse que são poucos alunos para o Estado do Amazonas, que o Instituto de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, antigamente ETFAM, oferece cursos técnicos voltados para o Distrito Industrial. O Conselheiro Armando Ennes falou que muitos jovens ainda procuram estudar e escolhem cursos técnicos para trabalharem. O Conselheiro Carlos Alberto falou que as universidades pecaram, porque não prepararam as pessoas para o polo industrial do estado, vinham técnicos de outros estados para trabalharem no Distrito Industrial de Manaus, atualmente houve uma grande mudança. A Conselheira Michele falou que as empresas do Distrito Industrial sempre trazem técnicos de fora para trabalharem em determinadas áreas, porque em Manaus não tem muita mão de obra qualificada. O Conselheiro Armando Ennes falou que a questão é de organização do governo, se na ciência e tecnologia der os três passos, com a criação de espaços, a capacitação de jovens e promover a integração do sistema estadual, tudo vai caminhar bem. Finalizou falando dos objetivos estratégicos do turismo: da participação de feiras nacionais e internacionais; do resgate da malha aérea; de promover, divulgar e gerar ações de marketing da marca e destino Amazonas; promover ações de Famtour (promover e familiarizar os agentes com o produto turístico) e Fampres (promover e divulgar destinos e empreendimento através do convite de representantes de veículos diversos ligados à mídia); realizar ações voltadas à conectividade para promoção da

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

atividade turística no Amazonas; Implantar o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) digital; realizar reforma do Centro de Apoio ao Turista; Construir infraestrutura para adequação de espaço de interesse turístico, mirante e feira na comunidade Santa Rita da Serra da Valéria; e Entregar os terminais fluviais indígenas. A Conselheira Roberta disse que em Presidente Figueiredo, Novo Ayrão, dentre outros municípios de Manaus tem um grande potencial turístico, mas falta muito investimento para receber os turistas, ainda deixa a desejar na parte de atrativos. O Conselheiro Armando Ennes disse que para um evento grande, Manaus não tem estrutura e nem capacidade para receber e atender turistas. Falou que substituir o distrito industrial pelo turismo, não funcionaria a curto prazo. Disse que foi apresentado uma lista de desejos, que precisa ser extraída as principais, cronometrar, cronogramar, os espaços para participação nas feiras nacionais e internacionais, fazer o mapeamento, quem serão os representantes, quais são, onde e quando irá começar, é uma boa lista que precisará ser cronogramada. O governo atual poderá trabalhar, estruturar um cronograma, estaria bem para o próximo ano de 2024. O Presidente do Conselho Elson Ferreira falou que para começar um projeto no serviço público começaria com o orçamento, que a previsão orçamentária é o ponta pé de qualquer projeto. O Conselheiro Armando Ennes falou que nem tudo é feito ao mesmo tempo, requer muito trabalho, merece progredir no que der para trabalhar, tem que verificar o item que poderá dar seguimento, cortar algum item, tudo tem que ser bem discutido e o projeto aprovado pelo governo. A Conselheira Roberta falou que o Estado do Amazonas precisa da aproximação com o Governo Federal, que Manaus tem uma representação política muito boa. O Conselheiro Carlos Alberto falou que participou da Rio mais 20, teve a participação de muita gente no evento internacional, os hotéis estavam lotados, mas faltou ação. Também foi para São Paulo em um evento sobre a Holanda, foi falado sobre o meio ambiente, participou a Ministra da Holanda e representantes da Alemanha, um grande evento também com projetos bons, mas sem efetividade. O Presidente do Conselho Elson Ferreira agradeceu ao Conselheiro Armando pela apresentação, passou para assuntos de ordem geral e comunicados diversos, falou que a próxima reunião estava agendada para o dia 28.02.2023. Apresentou a proposta enviada pelo Conselheiro Carlos Alberto representante da FIEAM, para apreciação da ampliação de novos conselheiros para composição do Conselho da AGEMAN, que ainda terá discussões quanto ao assunto citado. Os Conselheiros receberam a proposta para ser analisada e discutida. A Conselheira Michele falou também da importância da representatividade do titular e suplente da OAB. A Conselheira Fabiana falou que na questão dos conselhos, não existe uma lei

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511

que regulamente, mas teve a oportunidade de trabalhar e regularizar alguns conselhos, e a orientação é que os Conselhos sejam aparentados, falou que a AGEMAN merecia uma reforma porque ampliou a competência, tem que ter uma legislação que permita a recepção de novas mudanças. O Conselheiro Carlos Alberto falou que a proposta dos novos assentos será de grande valia para compor o CMR da AGEMAN. O Presidente do Conselho Elson Ferreira agradeceu a presença de todos, a reunião foi encerrada, nada mais havendo a tratar, lavrei esta Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros.

Elson Andrade Ferreira Júnior
Presidente Conselho/AGEMAN

Shirley de Lima Neves
Secretária do Conselho/AGEMAN

Wilson Gonçalves Miranda
Conselheiro Representante do SEMINF

Carlos Alberto Marques de Azevedo
Conselheiro Representante da FIEAM

Armando Ennes do Valle Júnior
Conselheiro Representante das Concessionárias

Fabiana Pacífico Seabra
Conselheira Representante da CMM

Roberta Pinto dos Santos
Conselheira Representante da Casa Civil

Michele Maia Assad
Conselheira Representante da OAB

Felipe Raphael Pinto Silva
Conselheiro Suplente Representante da CUC

Rua Amazonas, 53- Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-240
3215-4811 | 08000923511